

Bienestar social y disputas por lo público y lo común en América Latina y el Caribe



Cartografía social e quilombola em Porto Alegre/RS - Brasil

**APRESENTAÇÃO DOS PERCURSOS E OBJETIVOS DO
PROJETO CARTOGRAFIA SOCIAL E QUILOMBOLA
EM PORTO ALEGRE/RS - BRASIL**

Esse trabalho teve por objetivo ampliar o mapeamento das comunidades quilombolas de Porto Alegre reunidos na obra “*Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS*” (PIRES e BITENCOURT, 2021)¹, resultado do projeto Território e Territorialidades Quilombolas de Porto Alegre (UFRGS/CAPES). Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil, e é também a capital brasileira com o maior número de quilombos urbanos autorreconhecidos do país. Deste modo, o mapeamento destas territorialidades se faz indispensável para pensarmos o bem-estar social e as disputas pelo público e o comum na América Latina e Caribe, haja vista as enormes sequelas deixadas pela sociedade escravista dos séculos passados e as frágeis medidas de reparação adotadas pelo Estado brasileiro para com os povos afro-indígenas do país. No “*Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS*” reunimos as cartografias sociais de nove comunidades quilombolas, contudo de acordo com a dinâmica do território e da movimentação social ao longo deste processo mais duas comunidades quilombolas se autorreconheceram somando atualmente onze comunidades quilombolas em Porto Alegre.

Logo, o objetivo principal deste trabalho foi a elaboração das cartografias sociais dos quilombos Kédi e Santa Luzia, localizados respectivamente nas zonas norte e sul de Porto Alegre. Além disso, estendemos o trabalho para a elaboração do livro conto *A Festa de Edwirges - Centenário no Quilombo dos Alpes*, livro conto que narra a trajetória do Quilombo dos Alpes, outra das onze comunidades quilombolas de Porto Alegre, onde o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS) iniciou o trabalho com os quilombos urbanos de Porto Alegre, em 2013. Esse resultado é oriundo do acúmulo de trabalho do NEGA com esta

1 PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado (org.). *Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Letra1, 2021. Disponível em: <https://www.editoraletra1.com/epub/978-65-87422-19-0/>

comunidade quilombola e se insere no projeto inicial como forma de trabalho em laboratório durante a pandemia de COVID-19 e a restrição dos trabalhos de campo. Destas formas, compreendemos que visibilizar as dimensões de pertencimento e territorialidade dos sujeitos quilombolas, assim como também, produzir ambiências e materiais pedagógicos auxiliam na instrumentalização da pesquisa, do ensino e da extensão de práticas pedagógicas quilombolas e antirracistas para o município de Porto Alegre, podendo assim influenciar práticas em âmbito nacional e latino americano.

Assim, através da identificação e registro das memórias de seus respectivos moradores expressas na produção de mapas, memoriais, e vídeos-documentários, devolvemos junto à essas comunidades quilombolas instrumentos técnicos que podem ser utilizados politicamente nas disputas com o Estado e os agentes privados que cobiçam seus territórios. Da mesma forma, a partir do lugar que ocupamos como pesquisadoras devolvemos à comunidade acadêmica o relato teórico metodológico desta experiência a fim de compartilhar nossa práxis de pesquisa e extensão voltadas para a contribuição direta ao bem-estar social e as disputas pelo público e comum na América Latina e Caribe. A partir da produção deste material e dos levantamentos gerados pela pesquisa acreditamos colaborar para o fortalecimento das noções de territorialidade quilombola manifestada na inter-relação entre os diversos elementos socioculturais e espaciais presentes na formação política dos processos de significação do conhecimento e da diversidade cultural afro-brasileira.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: OS QUILOMBOS URBANOS DE PORTO ALEGRE E SUAS CARTOGRAFIAS

Porto Alegre é a capital brasileira mais ao sul do país, localizada no estado do Rio Grande do Sul e possui relação direta com os países do Cone Sul, ou seja, cultiva relações próximas com a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. É também uma cidade reconhecida internacionalmente pelo Orçamento Participativo (OP), plano de gestão popular implementado em 1989 a partir da primeira gestão municipal coordenada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Este caráter vanguardista confere a Porto Alegre uma condição internacional de cidade. Desta forma também, o imaginário desta cidade está imerso nas

narrativas embranquecedoras que derivam das políticas migratórias dos séculos XVIII e XIX que abrigou em Porto Alegre e em todo o estado do Rio Grande do Sul imigrantes vindos de Portugal, Espanha, Alemanha e Itália. Nega-se com isso o papel fundamental das presenças negras, indígenas e quilombolas na formação territorial de Porto Alegre.

Este comportamento não se restringe a Porto Alegre, mas se estende a toda formação territorial brasileira. Visto que ao longo do processo geo-histórico brasileiro, as marcas territoriais quilombolas têm sido invisibilizadas e descontextualizadas, no âmbito das construções socioespaciais de nosso território. Estas violências epistemológicas se dão no âmbito social e curricular de nossas instituições. A exemplo da geografia escolar, que identifica e que caracteriza esses povos somente pelo processo colonizador das opressões vividas, negligenciando seus modos de resistência e de resiliência, através dos quilombos do passado e do presente.

O estudo de suas configurações socioespaciais pouco ocupa os espaços formadores da sociedade e do território brasileiro, mesmo que, desde sempre, estejam presentes no espaço das cidades e dos campos e, desta forma, tenham ativamente modelado as fronteiras do território nacional. O mesmo se reflete na formação do espaço geográfico latinoamericano.

Este apagamento e silenciamento das presenças do trabalho e das culturas quilombolas não podem mais ser reproduzidos. As cartografias destas presenças e das territorialidades, que se configuram, a partir delas, são os objetivos de nossos trabalhos, cabendo, também, a necessidade de pensar e de tecer novas formas de cartografar e de ler o espaço geográfico.

Nesse sentido, os mapas das cartografias oficiais refletem os processos de construção de um sistema colonizador, materializado na visibilidade dos arranjos espaciais de quem historicamente detém o poder, principalmente, sobre a terra. As práticas sociais, culturais, ambientais, políticas, comunitárias, destacadamente, as produzidas pelos movimentos quilombolas de nosso país e, especialmente, de Porto Alegre se contrapõem ao sistema colonizador, contestando seus processos de organização e de estruturação, que certamente estão presentes e marcados nos projetos de desenvolvimento espacial.

Cartografia social e quilombola em Porto Alegre/RS - Brasil

Essas práticas confrontam o racismo estrutural e os procedimentos que impõem um sistema de legalização jurídica sobre o direito à terra e ao território. Estas foram historicamente construídas e acumuladas, com base nas lutas contra o sistema colonial opressor, desde a cruzada pelo Atlântico, em um movimento de reconstrução das identidades, através dos deslocamentos forçados.

Desta forma, o desenvolvimento de cartografias sociais dos quilombos de Porto Alegre tratam de registrar cartograficamente as marcas territoriais dessas conexões com a terra e as teias que envolvem esses territórios. Através da encarnação de um mapa corpóreo, que se desenvolve, através “das pernas” e da oralidade, as cartografias sociais expressam as narrativas territoriais quilombolas, que nos provocam a ler e a ver o espaço geográfico através de cosmologias negligenciadas pelo Estado e pela produção de conhecimento formal.

O Brasil é reconhecidamente o país mais africano fora de África, e isso se dá pelas presenças capturadas durante o tráfico negreiro que nesta terra fincaram raízes. Nossa população majoritariamente negra e mestiça reflete isso, assim como nossa cultura e nossos valores civilizatórios. Nosso território também reflete estas presenças, de modo que todo o Brasil é terra indígena e quilombola.

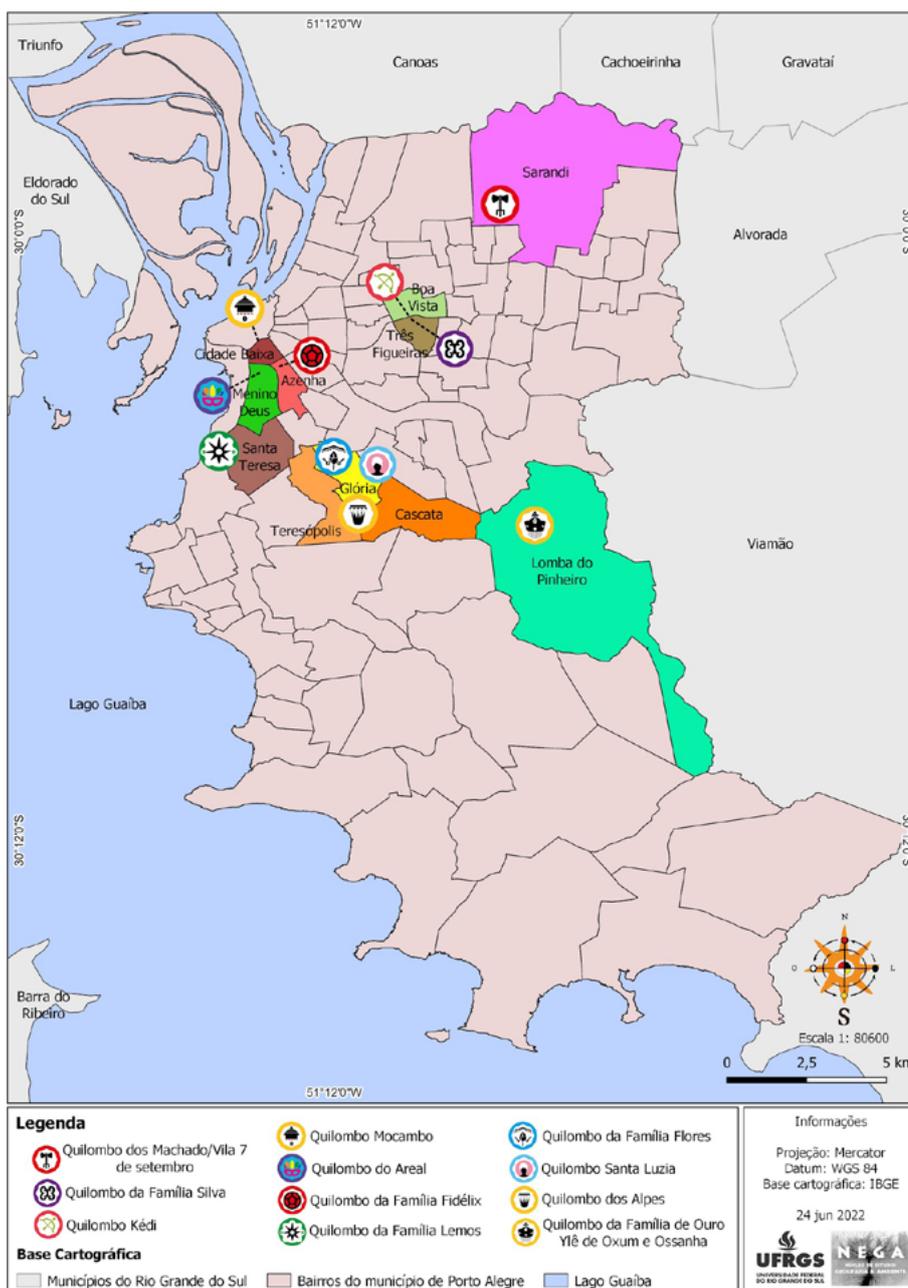
No Rio Grande Sul, estado mais ao Sul do Brasil, mesmo em seus imaginários de pequena Europa, é impossível negar a presença de mais de 200 comunidades quilombolas espalhadas no campo e na cidade. Porto Alegre é a capital brasileira com o maior número de quilombos urbanos autorreconhecidos do país, visto que atualmente abriga onze comunidades quilombolas de tradição e práticas multiculturais, calcadas nas estratégias de resistência e permanência secular das populações negras e indígenas.

O Quilombo da Família Silva, Quilombo do Areal, Quilombo dos Alpes, Quilombo da Família Fidélis, Quilombo dos Machado, Quilombo dos Flores, Quilombo da Família Lemos, Quilombo da Família de Ouro, Quilombo da MOCAMBO, e mais recentemente autorreconhecidos os Quilombos Kédi e Santa Luzia são cicatrizes territoriais na capital gaúcha que nos provocam a confrontar nosso passado e presente colonial, escravista, classista, patriarcal e racista, reprodutor de desigualdades perversas. Também nos provoca esperança e aponta alternativas para a construção de uma cidade mais igualitária e solidária. Pois, essas presenças transformam o espaço da cidade, visto que os territórios quilombolas são responsáveis pela expansão

Cartografia social e quilombola em Porto Alegre/RS - Brasil

e a qualificação do espaço urbano, através do trabalho dos sujeitos quilombolas que ocupam, planejam e gerem seus territórios (Mapa 1).

Quilombos Urbanos de Porto Alegre



Mapa 1 - Localização dos onze territórios quilombolas autorreconhecidos da cidade de Porto Alegre/RS - Brasil. (Fonte: NEGA, 2022).

**RECOMENDAÇÕES A PARTIR DE PORTO ALEGRE/RS-BRASIL
PARA O TRABALHO JUNTO AOS QUILOMBO URBANOS NA
AMÉRICA LATINA**

As narrativas sobre os territórios, e o ato de dizê-lo, bem como sobre as diferentes formas de resistência, são próprias das comunidades. Respeitamos seus “lugares de falas” e seus protagonismos, para narrar seus quilombos, seus territórios e, assim, problematizar suas existências, através do “lugar de escuta”, que ocupamos, ou seja, como a/os pesquisadoras/es-extensionistas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apoia os movimentos quilombolas da cidade. Deste modo, não realizamos essa leitura apenas pela ótica dos sujeitos, que compõem a Universidade, mas, essa relação se sustenta através de uma Geografia da ação que compreende a *práxis* dialógica com os territórios quilombolas e as suas interfaces com os movimentos sociais.

São inúmeras as disputas narrativas, a que estão sujeitadas as disputas territoriais cotidianas nos quilombos e em muitas outras comunidades, assim como o é a própria metodologia de cartografar no campo da Geografia e de outras ciências, que utilizam o mapa para representar o mundo. As leituras dos territórios invisibilizados de Porto Alegre não estão confinadas ao ponto de vista das comunidades quilombolas, que, apesar das suas particularidades, possuem questões em comum com as demais comunidades periféricas da cidade. Logo, faz-se indispensável a ampliação das cartografias quilombolas para as demais comunidades pobres em disputa territorial e, também, para a cidade, enquanto um todo integrado, ao qual se justapõem as territorialidades quilombolas. Do mesmo modo, faz-se indispensável a ampliação das metodologias em cartografia social, ajustando o foco e o fazer cartográficos, de acordo com as necessidades e com a interlocução de cada território.

Longe de ser homogênea, na cidade, temos a presença quilombola, sustentando suas terras e seus territórios, que se constituem pela resistência. Essas resistências compreendem os movimentos no espaço, criados pelas conexões afetivas, familiares, territoriais, religiosas, e muitas outras práticas, que dão suporte à vivência dos territórios quilombolas.

Desse processo, inúmeros conflitos emergem do embate entre a hegemonia do sistema da propriedade privada, por parte dos que detém maior poder econômico, e os modos de fazer das comunidades quilombolas. Colocando em xeque a possibilidade de se vincular à terra e ao território, através do processo de regularização fundiária no espaço urbano.

Cartografia social e quilombola em Porto Alegre/RS - Brasil

Logo, a apropriação espacial está pautada em processos de conscientização e de emancipação política e social, pois o território em construção se estabelece pelo conflito entre diferentes interesses e pela produção da cidade em seus múltiplos usos, de modo que as práticas do sistema colonizador foram sempre acompanhadas pelas dominações simbólica e espacial. No espaço da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, a colonização é acompanhada pela ideologia racial, presente no processo de formação socioespacial brasileira, que justificou a subordinação, a exploração, a exclusão e o extermínio da população negra, colocada às margens dos processos de desenvolvimento econômico, social e espacial brasileiros.

A cartografia social, de caráter participativo e que se desenvolve, através da escuta e do registro das narrativas dos interlocutores sobre o seu lugar, tem, por objetivo, promover o reconhecimento e a demarcação dos territórios presentes e em disputa na multifacetada paisagem geográfica. Os protagonistas dos mapeamentos são as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, periféricas da cidade e do campo, que procuram e que demandam do NEGA uma parceria na luta popular.

A formação das cidades brasileiras possuem uma dívida estrutural com o Quilombo e os quilombolas que disputam esse espaço a partir de suas narrativas. Os quilombos urbanos são uma força da expansão do território urbano desprezado pela gestão territorial, mas que se impõem pelo espaço da Cidade, ainda que se encontrem no quarto de despejo da paisagem urbana.

As onze comunidades quilombolas da cidade somam uma população de mais de sete mil sujeitos, contudo, não existe em Porto Alegre nenhuma Escola Quilombola para atender suas demandas específicas. Da mesma forma como não há agentes de saúde suficientes, ou unidades básicas de saúde para atender aos onze territórios. Os valores dos recursos reservados à questão quilombola envolvendo cultura e demarcação de terras são muito baixos. Mensalmente entre R\$ 2.000,00 e R\$ 2.500,00 reais são repassados pelo governo federal aos municípios através do programa Estratégia de Saúde da Família Quilombola (Resolução 98/2013 - CIB/RS) e, segundo dados do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE/RS), para o ano de 2020 a previsão de repasse foi no valor de R\$ 200.000,00 da Secretaria de Agricultura do Estado, a ser repartido entre os 132 municípios com presença quilombola declarada no Estado.

Desta forma, Porto Alegre desponta no cenário brasileiro como referência ao reconhecimento das presenças quilombolas. Entretanto, o caminho da efetivação da

Cartografia social e quilombola em Porto Alegre/RS - Brasil

justiça social e reparação geo-histórica que as comunidades quilombolas demandam ainda é longo, tortuoso e violento, nos alertando que as disputas pelo público e comum a partir de nossa cidade se conectam com as demandas das demais cidades latino americanas frente ao avanço das políticas neoliberais de consumo dos lugares e dos sujeitos. Enquanto profissionais engajadas na defesa da produção de conhecimentos emancipatórios tomamos a cartografia como principal instrumento para o enfrentamento crítico em disputas tão desiguais.

E destacamos a importância metodológica de três aspectos de reflexão e autocrítica enquanto pesquisadoras:

- Identificar, ler e ouvir as comunidades quilombolas em contexto urbano, valorizando suas semelhanças e particularidades;
- Representar e revisar junto às comunidades suas cartografias, traduzir formas de ler/produzir a cidade engendradas pelas narrativas quilombolas;
- Divulgar as produções realizadas junto às comunidades quilombolas, compartilhando o crédito, pois sem o conhecimento das narrativas quilombolas não produzimos o conhecimento científico aqui apresentado;
- Instrumentar e cobrar do poder público a titulação das terras quilombolas.

Desta forma, identificamos que o principal impacto desse projeto tem sido o de vizibilizar às comunidades quilombolas no município de Porto Alegre através da cartografia. Pensando e fazendo a cartografia através de um viés crítico e popular, nos desafiando metodologicamente a produzir conhecimento a partir da confluência de saberes dada na relação entre a academia, os movimentos sociais e as comunidades quilombolas. Também visamos discutir os processos de formação de territorialidades quilombolas, especialmente urbanas e seus papéis na formação das cidades latinoamericanas.

Quando propomos o entendimento dos marcos de resistência desse processo na cidade através das cartografias quilombolas, sem dúvida, instauramos um marco de discussão para as ciências sociais a partir da ciência geográfica. Repensando os conceitos que engendram nossa ciência e enfrentando o racismo epistêmico que esta temática possui na educação básica e superior. Além disso, destacamos o papel ativo da produção científica, mediante desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas que apontam dados que nos permitem avaliar o mapeamento

participativo como instrumento para a efetivação de cidadania nas comunidades quilombolas presentes no espaço urbano.

Em sua obra, Milton Santos fala proficuamente sobre a construção das cidadanias no Brasil e o caráter mutilado desta condição, que também se estende aos demais países latinoamericanos e aos danos processos coloniais aos quais ainda estamos sujeitos. No caso dos quilombos urbanos, o principal destaque desta condição é o racismo estrutural que fundamenta a sociedade brasileira e se reflete nas condições degradantes a qual grande parte da população está sujeita em relação a recursos materiais e a valorização de suas culturas. Deste modo, a cidadania no Brasil se define como um produto destinado àqueles que podem pagar. Neste sentido, Milton Santos destaca que existem diferentes categorias de cidadania em nosso país e elas estão intimamente ligadas com a corporeidade de quem exerce essas diferentes cidadanias.

Quando acrescentamos a condição dos corpos infernais a condição feminina temos como resultado um duplo processo de exclusão. As mulheres quilombolas como a Morgana do Santa Luzia, a Tânia da Kédi e a Janja do Quilombo dos Alpes, nossas principais narradoras são mulheres negras, mestiças e transexuais que desafiam esse processo de exclusão ao mapear seus territórios afirmados em suas narrativas pessoais. E esse processo de afirmação e resistência nos inspira enquanto mulheres e pesquisadoras.

SOBRE AS AUTORAS

- Cláudia Luísa Zeferino Pires** Geógrafa, professora doutora do departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS). claudia.luisapires@gmail.com Brasil
- Laisa Zatti Ramirez Duque** Geógrafa, mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora extensionista do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS). laisazatti@gmail.com Brasil
- Lara Machado Bitencourt** Geógrafa, doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora extensionista do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA/UFRGS). laaarabitencourt@gmail.com Brasil



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

**CLACSO Secretaría
Ejecutiva**

Karina Batthyány

Directora Ejecutiva

María Fernanda Pampín

Directora Editorial

Pablo Vommaro

Director de Investigación

Equipo Editorial

Lucas Sablich

Coordinador Editorial

Solange Victory

Marcela Alemandi

Gestión Editorial

**Equipo Programa
de Becas y Convocatorias**

Teresa Arteaga

Ulises Rubinschik

Zeferino Pires, Claudia Luisa. Cartografía social e quilombola em Porto Alegre-RS-Brasil / Claudia Luisa Zeferino Pires ; Lara Machado Bitencourt ; Laisa Zatti Ramirez Duque. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2022.

Libro digital, PDF - (Becas de investigación)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-337-9

1. Ciencias Sociales. 2. Brasil. I. Machado Bitencourt, Lara. II. Ramirez Duque, Laisa Zatti. III. Título.

CDD 306.09

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875

<clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>



Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.